



## **Educação Antirracista no enfrentamento ao racismo religioso na Amazônia.**

### **Anti-racist education in confronting religious racism in the Amazon.**

---

**Tiago Nicolau da Silva**

<https://orcid.org/0009-0004-8368-5240>

Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Roraima

<http://lattes.cnpq.br/1516818337369812>

Email: [tiago.n@outlook.com.br](mailto:tiago.n@outlook.com.br).

**Monalisa Pavonne Oliveira**

<https://orcid.org/0000-0002-0091-6778>

Professora Adjunta de História da Universidade Federal de Roraima – UFRR.

<http://lattes.cnpq.br/4381946800496738>

Email: [monalisa.pavonne@ufrr.br](mailto:monalisa.pavonne@ufrr.br)

**Resumo:** A pesquisa “Educação antirracista no enfrentamento ao racismo religioso na Amazônia” é um desdobramento do trabalho de conclusão de curso intitulado: “Racismo religioso e educação antirracista: o enfrentamento à intolerância religiosa a partir do estudo das religiões de matriz afro-brasileira em Boa Vista/RR”, que teve como objetivo analisar em que medida as relações étnico-racial-religiosa e diversidade são temas presentes na sala de aula. O trabalho, sob a luz das teorias da educação antirracista e educação em direitos humanos, procurou através de entrevistas com dois professores e um pai de santo entender a realidade e episódios de racismo com crianças e adolescentes de santo dentro do ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Educação antirracista. Racismo religioso. Direitos Humanos. Religiões Afro-brasileiras.

## Anti-racist education in confronting religious racism in the Amazon.

**Abstract:** The research "Anti-racist education in the confrontation of religious racism in the Amazon" is an unfolding of the work of course conclusion entitled: "Religious racism and anti-racist education: the confrontation of religious intolerance from the study of religions of Afro-Brazilian matrix in Boa Vista/RR", which aimed to analyze to what extent the ethnic-racial-religious relations and diversity are present themes in the classroom. The work, under the light of the theories of anti-racist education and education in human rights, sought through interviews with two teachers and a father of saint to understand the reality and episodes of racism with children and adolescents of saint within the school environment.

**Keywords:** Anti-racist education. Religious racism. Human Rights. Afro-Brazilian Religions.



## 1. Introdução

Esse artigo é resultado de um ano de pesquisa no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Roraima (UFRR), que se desdobrou também em um trabalho de conclusão de curso (TCC). A pesquisa tem como objetivo contribuir para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da cultura afro-brasileira e africana.

Como a escola tem contribuído para incluir crianças/adolescentes praticantes dereligões afro-brasileiras no contexto escolar? Em que medida assuntos que tratam de povos afro-brasileiros são trabalhados nas salas aulas e estão presentes nos seus currículos? Estas são perguntas que norteiam a pesquisa, pretendemos, portanto, através da análise da historiografiae das entrevistas respondê-las.

Desse modo, nossa proposta de trabalho tem como objetivo apresentar os documentos da lei que exige os assuntos afro-brasileiros na educação básica, e como construir/aplicar uma educação antirracista em sala de aula, nessa direção abordamos alguns dos documentos que temos em nossa legislação que discutem e aprofundam a lei e podem nos dar suporte ao ministrar uma aula, e a partir das entrevistas trazemos os relatos de educadores da educação básica, um professor da rede estadual de Roraima e uma professora da rede estadual do Amazonas, contamos também com o valioso contributo de um pai de santo acerca das dificuldades que as crianças de seu terreiro têm passado por conta do racismo religioso dentro das escolas de Boa Vista, identificando e compreendendo o preconceito que adeptos de religiões de matrizes africanas sofrem nas escolas do Estado.

## 2. Educação Antirracista e a Lei 11.645/2008

“Precisamos dar voz ao povo negro”. Provavelmente você leitor já ouviu essa afirmação. Será que negros precisam que outros deem voz a eles? Se tivermos um olhar mais atento àqueles que por grande parte da história brasileira ocuparam lugares subalternos, vamos perceber que eles sempre possuíram voz, mas nas maiorias das vezes não foram escutados.

A história dos africanos e afro-brasileiros tem nos últimos anos ganhado espaço nas universidades e nas ciências humanas, isso demonstra que uma das demandas do movimento negro tem sido atendida. No entanto, uma historiografia eurocêntrica fez e ainda continua fazendo parte



da formação de muitos historiadores que atuam na educação básica, e isso faz com que os alunos aprendam uma história contada a partir de um olhar branco e cristão, não somente mas também, em sua maioria só se fala do povo negro ao se trabalhar o período escravista.

A escritora Nilma Lino Gomes em seu livro “O movimento negro educador” (2017), apresenta que o movimento negro tem se constituído como um dos mais importantes mediadores entre a comunidade negra e o Estado, a sociedade, a escola básica e a universidade. Esse movimento vem cobrando das instituições brasileiras uma luta de reparação histórica existente no país desde a chegada de africanos em solo americano. A pauta da educação sempre esteve presente nas reivindicações do movimento negro, no ano de 2011 no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) foi promulgada a lei 11.645/2008 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Existem diversos documentos que pautam a educação em direitos humanos/educação antirracista, aqui cito o parecer 003/2004-CNE que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, o parecer 8/2012-CNE que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH), o Estatuto da Igualdade Racial (2010) de autoria do senador Paulo Paim (PT), e várias declarações universais que o Brasil como Estado se colocou a cumprir, como por exemplo a declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) que ocorreu no dia 31 de agosto de 2001 em Durban, África do Sul, a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, que aprovou uma declaração que estabelecia uma agenda inovadora e orientação para ações de combate a todas as formas existentes de racismo e discriminação racial, medidas de prevenção, educação e proteção com vistas à erradicação do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata em níveis nacionais, regionais e internacionais.

O combate sistêmico aos preconceitos se faz necessário por razão das mais diversas formas desumanas que as discriminações geram de sofrimento psíquico e físico nas pessoas que sofrem situações de rejeição (FIGUEIREDO, 2019). A existência do mito de uma sociedade não discriminatória é historicamente construída, a sociedade brasileira em sua história mostra que desde a invasão de europeus foi praticada no Brasil muita violência, estando presente em todos os



momentos históricos do país. O ideário de uma sociedade não segregacionista não se sustenta ao analisarmos o que foi feito com a população indígena que aqui já estavam antes de 1500, igualmente ocorreu com os escravizados africanos.

A democracia racial foi um mito que se estabeleceu no país configurando as estruturas das relações raciais, esse mito precisa ser desfeito por ele ajudar aqueles que se interessam por perpetuar essas estruturas racistas. Para algumas pessoas a não discussão de temas tido como “espinhosos” pode resolver o problema do preconceito dentro das escolas brasileiras. O educador não falar sobre racismo, não faz que o fato deixe de simplesmente existir. O racismo estrutural existe no Brasil e tem que ser debatido principalmente com o alunado do país, a ausência do debate só reforça a ideia de que o racismo não existe por aqui, o jurista Silvio Almeida (2020) apresenta que:

A negação é essencial para a continuidade do racismo. Ele só consegue funcionar e se reproduzir sem embaraço quando é negado, naturalizado, incorporado ao nosso cotidiano como algo normal. Não sendo o racismo reconhecido, é como se o problema não existisse e nenhuma mudança fosse necessária. A tomada de consciência, portanto, é um ponto de partida fundamental. (AGÊNCIA SENADO, 2020).

A reprodução do racismo no país é fortalecida com o silenciamento do debate sobre o tema, a democracia permite o diálogo das diferentes visões de mundo no mesmo ambiente, dentro da escola nos anos iniciais de forma adequada para as faixas etárias é relevante no processo de desnaturalização desse fenômeno social.

O ensino de história comprometido com a luta antirracista pode levar os alunos a aprender a história do país de forma crítica e reflexiva, fazendo que os educandos desnaturalizem a hierarquização de pessoas. O currículo escolar deve ser usado pelo professor na luta contra o racismo dentro da escola, ao ministrar uma aula que envolva a história do povo negro no Brasil o educador pode utilizar os meios necessários e disponíveis para apresentar ao máximo uma aula que leve o aluno a refletir sobre aquilo que está sendo ensinado, bem como, auxilie no processo que deshierarquize as “histórias”. O educando precisa cada vez mais cedo se envolver na cultura de paz e tolerância ao outro, a escola é essencial nesse debate, estabelecendo campanhas antirracistas e atividades que dissemine mais respeito entre os educandos, e é indispensável o olhar de alteridade do educador em sua sala de aula sempre atento a “escuta do outro”.

O professor de história em suas aulas precisa levar seu alunado a questionar a história



colonizada, para que aluno não compreenda os acontecimentos históricos como algo natural. A historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (2019, p. 24) afirma “[...] pois penso que uma história crítica é aquela que sabe “desnaturalizar” o que parece dado pela biologia e que se apresenta, por consequência, como imutável. [...]”, o ensinar criticamente envolve o processo de uma releitura da história do Brasil, é de suma importância que o educador ensine uma historiografia comprometida com a luta do movimento negro.

As aulas de história precisam ir além do ensino tradicional de se decorar nomes e datas históricas, e requer análises e a compreensão dos processos que envolvem aquele evento ensinado, muito tem de senso comum e preconceito do período da escravidão no Brasil, deixar de estudar esse momento de forma crítica pode ajudar negacionistas e seus discursos proliferarem.

A história do povo negro no Brasil não pode ser tratada com reducionismos, a historiografia brasileira precisa apresentar uma narrativa que demonstre os negros não apenas como escravizados, a história africana é de suma importância dentro das salas de aulas no país, pois, o ensino da história do continente africano pode contribuir no processo de entendimento das diversidades das culturas africanas, suas línguas, religiões, modos de vida, Kabengele Munanga (2015) ao falar da importância da história da África e do negro no Brasil, o antropólogo faz algumas indagações:

É possível ensinar a história do Brasil sem incluir a história de todos os grupos étnico-raciais que aqui se encontraram em condições históricas diferentes e desiguais? De que maneira é ensinada ou foi ensinada a história da África e dos brasileiros de ascendência africana no sistema educativo brasileiro? A análise crítica da historiografia brasileira ainda existente mostra que essa história foi ensinada de maneira distorcida, falsificada e preconceituosa, comparativamente à história de outros continentes, principalmente do continente europeu e dos brasileiros de ascendência europeia. (MUNANGA, p. 25, 2015).

A discussão da história do povo negro com uma historiografia descolonizada é fundamental no enfrentamento do preconceito racial, da mesma forma o educador precisa levar os discentes a questionar a história já aprendida durante a vida escolar. Igualmente Gomes (2013, p. 76) ao falar sobre os desafios da lei faz algumas indagações “[...] Será que os nossos alunos e alunas, ao passarem pela escola básica, hoje, têm a possibilidade de estudar, conhecer e aprofundar seus conhecimentos sobre o continente africano?”, sem dúvida essa questão precisa ser levada em conta pelos educadores do país, muitas pessoas só estudarão até o ensino fundamental/médio e alguns não vão mais ter contato com essa história de forma acadêmica, qual a imagem da África vamos passar para nossos



alunos?

O professor juntamente com a escola podem utilizar várias ferramentas para auxiliar nas aulas sobre a cultura e a história das religiões de matriz africana, o audiovisual pode ser uma ferramenta antirracista dentro da sala de aula, o educador através de indicações ou até mesmo a utilização de filmes e músicas contra-hegemônicas no ambiente escolar leva o aluno a refletir vivências étnico-racial-religiosa que não faz parte do seu dia a dia. O combate da estigmatização das religiões afro-brasileiras só pode ser feito a partir de uma apresentação pelos próprios adeptos, e isso é possível por intermédio de filmes, músicas, documentários, literatura ou mesmo uma exposição de um Babalorixá/Ialorixá no ambiente escolar.

Para afetar as mentalidades dos alunos e levar a todos a refletir sobre as experiências que o racismo religioso ocasiona na vida dos adeptos de religiões afro-brasileiras dentro e fora escola, o educador precisa levar o alunado a entender que o problema não é dos que estão sendo discriminados e sim dos discriminadores. Dialogar com a sala de aula sobre atitudes<sup>1</sup> racistas é crucial, as epistemologias negras precisam estar presentes na bibliografia das aulas e nas metodologias adotadas pelo educador/educadora, criando um ambiente de respeito a diversidade, a escola tem que auxiliar a desfazer as mentalidades racistas, superando as estruturas hegemônicas.

As crianças e adolescentes de terreiros precisam se sentir acolhidas no ambiente escolar e contempladas nos temas apresentados em sala de aula, o desafio do historiador/professor é entender as diferentes realidades sociais daqueles que frequentam suas aulas. O silenciamento das crianças e adolescentes de comunidades tradicionais de terreiro não pode ocorrer no ambiente escolar, esse silenciamento pode se dar por diversas formas, o simples ato de não escutar as discentes, ignorar suas pautas e demandas pode levar a gerar um conflito futuramente, e demonstrar que as crianças negras não merecem ser ouvidas.

Como professores antirracistas, precisamos ter como premissa a ideia que a educação para as relações étnico-raciais para cumprir seu papel efetivamente, precisa levar os alunos e os próprios professores/comunidade escolar a questionarem a si mesmo, suas condutas, falas permeadas pelo racismo linguístico e principalmente seus pré-conceitos sobre as culturas negras (GOMES, 2013).

---

<sup>1</sup> Sobre atitudes racistas ver RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



Convém também salientar que, é necessário por parte dos educadores, uma constante análise crítica do currículo em ação, com o olhar atento para a inclusão da pluralidade cultural nos currículos escolares, superando o senso comum sobre as manifestações afro-brasileiras, que muitas vezes pode levar seus povos a serem violentados, discriminados, sofrendo com o preconceito e a exclusão social, Nilma Gomes (2012) diz que é um desafio para educação escolar o processo de descolonizar os currículos, sendo necessário uma formação de educadores reflexivos sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos. A formação docente é fundamental para se construir uma cultura plural no chão da sala de aula, vivemos em uma sociedade pluriétnica em alguma forma irá refletir nas salas de aulas brasileiras, e como esse docente vai proceder com as situações? Se silenciar? Ou silenciar os oprimidos?

### 3. *O Racismo Religioso no Ambiente Escolar*

Os povos trazidos do continente Africano para o outro lado do atlântico de forma sub-humana tiveram suas vidas mudadas, as trajetórias de vidas de milhares de pessoas que viviam em meio a sua comunidade e sua cultura, foram arrancadas para ser escravizadas nas Américas. O período da abolição da escravidão no Brasil foi um momento de muito esforço do movimento abolicionista, com ajuda de jornalistas, intelectuais e ex-escravos que lutavam pela libertação de todos os escravizados, requerendo a liberdade decretada pelo Estado brasileiro. Como muitos tentam pregar a época, a Lei Áurea de 13 de maio de 1888 não foi apenas de boavontade da Princesa Isabel e sim de uma luta constante de abolicionistas, pressões internacionais e levantes dos próprios cativos que se organizavam em agitações, assim, fortalecendo a luta antiescravista.

A historiadora Lília Schwarcz, em sua obra “Sobre o autoritarismo Brasileiro” (2019, p. 29), no primeiro capítulo intitulado: Escravidão e racismo apresenta como era o sistema escravagista no Brasil:

Um sistema como esse só poderia originar uma sociedade violenta e consolidar uma desigualdade estrutural no país. Escravizados e escravizadas enfrentavam jornadas de trabalhos de até dezoito horas, recebiam apenas uma muda de roupa por ano, acostumavam-se com comida e água pouca e nenhuma posse. Se a alfabetização não era fortemente proibida, foram, porém, raros os casos de proprietários que concederam a seus cativos o direito de frequentar escolas, criando-se assim uma sociabilidade partida pelo costume e pela realidade. Nas sociedades ocidentais, sem estudo formal não há possibilidade de mudança social, com as classes se comportando como estamentos





congelados e destituídos da capacidade de romper ciclos de pobreza herdados do passado.

A realidade social em que viviam os africanos e afrodescendentes, elevou o alto nível da mortalidade entre escravizados. A sociedade colonial era marcada por diferenças, péssimas condições de vida e existindo uma hierarquia social pautada na questão racial.

A perseguição a essas religiões não é do tempo presente, a história dessas religiosidades já sofre desde a sua chegada ao Brasil, a invasão de terreiros, as perseguições policiais, tendo seus objetos apreendidos pelo Estado, vários foram os Pai e Mãe de Santo presos pelo simples fato de pertencer as religiões de matriz africana. Uma religião que sofria esofre por ter concepções de mundo diferente das hegemônicas, Kiley e Oxaguiã (2009, p. 31) explicam: “em nossa religião não existe, como nas demais, um simbolismo do bem e do mal, do paraíso ou do inferno, e ela também não torna o homem ou a mulher seres escravos por um Deus”, a cosmologia africana precisa ser aprendida longe dos olhares colonizados.

A escola como uma instituição social destinada ao ensino coletivo, é o ambiente onde encontra-se várias pessoas de diferentes culturas, religiões e modos no mesmo local, o ambiente escolar pode enriquecer esse lugar usando as diferenças e aprendendo com elas. A profissão de professores é muito desafiadora, os educadores se deparam com muitas dificuldades para lidar e receber crianças/adolescentes de determinadas culturas, a diversidade no ensino brasileiro se faz necessária pelo fato de sermos um país culturalmente diverso, um povo que sofreu influência na sua cultura tanto dos indígenas como dos negros africanos, e isso certamente irá espelhar dentro das salas de aulas.

Nessa seção apresento a pesquisa que fizemos a partir de três entrevistas, com dois educadores e um Pai de santo do norte brasileiro, uma professora da cidade de Manaus-Amazonas que será identificada como professora 1, um professor da cidade de Boa Vista-Roraima que veio de uma longa experiência da cidade de Palmas-Tocantins, sendo identificado como professor 2 e o um Babalorixá que veio da cidade de Manaus há 18 anos e mora em Boa Vista-RR, possuindo casa de candomblé aberta há 12 anos.

Os dois educadores vão relatar realidades das salas de aulas da nossa região, a entrevista com os dois educadores foram feitas de forma online e com o Pai de Santo de forma presencial, a casa do Pai de Santo é da nação Iorubá e aqui destaco a receptividade de todos os entrevistados e o



boa recepção no terreiro decandomblé.

Os povos tradicionais de terreiro travam uma batalha enorme no que diz respeito à intolerância religiosa no Brasil, esse fenômeno não é da contemporaneidade, com séculos de escravidão no país, o racismo religioso foi uma das consequências deixadas por essa prática. Assim, com o objetivo de contribuir com a ciência produzida no país, e evidenciar o racismo religioso que existe dentro das comunidades escolares da religião norte, os trechos tirados das entrevistas transcritas demonstrarão como as crianças de santo são tratadas dentro das salas de aulas.

Durante as entrevistas, uma das primeiras questões que se coloca é se o docente conhece as leis 10/639.2003 e a 11/645.2008, se sim, quais materiais eles trabalhavam para a explanação das aulas e se tinha algum período e assuntos específicos que eles abordavam sobre temas que a lei exige, os professores responderam:

Professora 1:

Sim. São as leis que foram votadas, foram estabelecidas com o objetivo de implementar, de trazer para a educação aquelas condições que deveriam estar presentes desde sempre em nossa sociedade, que é o respeito pelo outro, é o respeito pela cultura, é o respeito e o entendimento das nossas origens, da nossa matriz, principalmente da questão religiosa. [...] ela só aparece de forma, eu vou dizer figurativa, entre aspas, no período que nós falamos sobre o 20 de novembro. [...] Mas assim, no planejamento desse ano eu observei que tem uma parte do planejamento que pede para a gente inserir essa legislação. Mas, de uma forma geral, eu não vejo no planejamento a inserção dessa lei. Agora, na minha prática cotidiana, essa legislação, ela já está arraigada no meu eu, então eu vou trabalhando no dia a dia (Entrevista concedida em 28/06/2022).

Professor 2:

Conheço, sim. Eu fiz uma pós-graduação em história, história afro-brasileira e africana, onde eu trabalhei a lei de 2003. Olha, eu busco outras fontes, porque o livro que eu acho insatisfatório, principalmente na parte de história africana. E principalmente mesmo na parte de história africana eu tento buscar outras fontes que eu possa me aprofundar um pouquinho mais, mas basicamente sites, vídeos, algo que os alunos possam se interessar mais. [...] Um problema muito grande dos textos de história da África que a gente tem no Brasil, é uma narrativa muito acadêmica, o que fica muito difícil entregar em sala de aula. O livro da UNESCO não tem essa linguagem muito acadêmica, então os alunos conseguem digerir melhor, estudar melhor, dá pra fazer uma pesquisa bastante boa. Então é basicamente isso que eu tento trabalhar em sala de aula (Entrevista concedida em 02/07/2022).

Os professores possuem grande conhecimento da lei vigente, sabendo o que as leis dizem sobre os temas abordados, o professor 2 já possui uma pós-graduação em história afro-brasileira e africana, essa é um dos temas que o parecer 003/2008 do CNE aborda, a formação dos professores



é muito pertinente no processo de desconstrução do racismo em sala de aula. A lei que foi reivindicada pelo Movimento Negro é importante na escolarização dos alunos, a busca de materiais não-racistas é relevante no trabalho em sala de aula, o lugar estratégico que é a escola requer um trabalho com diálogos e desenvolver ações que pode oferecer uma outra visão sobre a história africana e afro-brasileira.

A professora 1 ressalta que a lei 11.645/2008 muito tem se resumido apenas ao 20 de novembro, isso é muito inquietante, não podemos lembrar da cultura negra apenas em novembro, sabemos que nossa história é permeada pela cultura negra africana, o professor de história precisar apontar as contribuições dos afro-brasileiros em nossa história que não se remete apenas a novembro.

Patrício Carneiro Araújo em “Entre Ataques e Atabaques: Intolerância religiosa e racismo nas escolas” (2007, p. 27) apresenta duas teses do porque não se trabalha as leis na escola “1) o racismo existente nas escolas dificulta a implementação da Lei; 2) a intolerância religiosa contra seguidores de religiões afro-brasileiras é uma forma de racismo”, o autor explica que o sistema de ensino que faz parte de uma sociedade que é racista, consequentemente não aplicará tal legislação, a dificuldade em trabalhar questões de religiões negra acontece porque vivemos numa sociedade na qual o racismo estrutural permeia as instituições e isso faz que certos debates sejam cerceados em sala de aula, os educadores relatam-se já presenciaram em sala alguma forma de discriminação ligada à religião dos discentes:

Professora 1:

Como eu te falei: normalmente, dentro da sala, eles, pelo menos os alunos com os quais eu trabalho, eu não percebi de forma direta. A gente percebe que os que são do candomblé, normalmente eles não falam e as contas<sup>2</sup> ficam escondidas. [...] Normalmente, Tiago, a discriminação de dentro da sala, ela é um pouco velada, porque a criança, ela sabe que o professor tá ali, então, normalmente, ele não pratica esse tipo de comportamento na frente do professor. E quando a gente sabe, quando o outro comenta, então nós, no meu caso, quando chega até a minha pessoa, até o meu conhecimento, eu sento com eles e converso sobre o respeito ao outro, e falar de respeito dentro de sala de aula já é uma prática muito comum entre a gente; respeitar a aparência, respeitar a cor, respeitar o cabelo, respeitar a fala, não mandar calar a boca, não é assim. Então esse trabalho a gente já faz em sala de aula (grifo nosso) (Entrevista concedida em 28/06/2022).

Professor 2:

Já, já sim. Infelizmente, pessoas de matriz africana, de religiões de matriz africanas, normalmente elas não são abertas, não falam abertamente sobre isso, que eu super

<sup>2</sup> Colar usado por adeptos de religiões de matriz africana. São feitos, geralmente, com miçangas cujas cores indicam o orixá de seu usuário.



entendo, porque o medo do preconceito às vezes é muito grande, então, por exemplo, eles não falam "ai, eu sou de candomblé, eu sou de umbanda", normalmente falam "eu sou espírita", que é uma religião que não tem nada a ver com essas religiões de matriz africana, e falam "sou espírita" exatamente porque é uma religião de branco, uma religião elitista, mas que também sofre preconceito. [...] Então eu já presenciei alguns casos, sim, tanto de alunos e também comigo porque por uns cinco anos eu pratiquei umbanda, eu estava dentro de um terreiro de umbanda, meu esposo também, meu esposo até hoje é de umbanda, então eu vivenciei alguns preconceitos também dentro de sala de aula por causa que uma foto minha apareceu nas redes sociais. Então é bem complicado, é bem complicado. Já presenciei, já tentei fazer roda de palestra. Eu levei uma vez, no dia da consciência negra, pra fazer uma palestra pra a escola inteira, uma mulher, que ela era, não lembro como é o nome que se chama, mas ela era como se fosse mãe de santo da religião tradicional de Ifá<sup>3</sup>, que é uma religião super tradicional, mesmo. E aí eu levei ela para falar sobre racismo, intolerância religiosa e, principalmente, sobre desmistificar o que são as religiões de matriz africana e foi fantástico, teve muito preconceito, mas ao mesmo tempo teve muita abertura, porque que eu já notei em sala de aula -- mas isso não é só para a região de matriz africana -- o preconceito, ele é sempre um pré conceito de algo, ele nunca é uma realidade. E aí quando você traz isso, você tenta desmistificar, mas é um processo, é muito difícil. Hoje então -- eu fiz isso em 2018, eu acho que fiz isso em 2018, 2017, que eu fiz esse trabalho -- eu duvido muito que eu conseguiria fazer isso hoje em dia. Eu confesso que eu teria muito mais medo de pegar uma mulher de matriz africana e colocar para palestrar numa escola pública hoje do que eu tive no passado. "Ah, Hudson, mas você tá respaldado pela lei". Totalmente. Mas não tô respaldado de xingamentos na sala de aula, não tô respaldado de pais batendo na porta da minha sala de aula me xingando, eu não tô respaldado de um monte de ofensas que podem vir. E às vezes a gente se autocensura exatamente pra evitar certos constrangimentos e eu sei que isso é horrível, eu me sinto um frouxo fazendo isso, mas é complicado (grifo nosso) (Entrevista concedida em 02/07/2022).

Essa estrutura racial ela bem consolidada no país, o educador precisa ter leituras sobre o antirracismo, a professora 1 relata que o racismo em sala é muito velado, por receio de represália do professor o aluno não se manifesta, mas se manifesta na entrada, no intervalo, na saída, quando o professor não está vendo, esse motivo nos leva a sempre estar atento, a todo momento analisando as atitudes que acontecem ao nosso redor, outros professores se sentem inseguros quando presenciam cenas de racismo em sala de aula, não sabem como agir nessas situações, o que não podemos jamais fazer é o silenciamento diante de comportamentos racistas, porque isso apenas fortalece esse ato em nossas escolas.

O professor 2 nos expõe que teria medo de no Brasil de hoje levar uma sacerdotisa de

---

<sup>3</sup> Grande divindade dos iorubás considerada, juntamente com Odudua e Obatalá, um dos orixás da criação e senhores do destino e do saber. O nome designa, também, o oráculo no qual fala Orumilá e, ainda, o conjunto de escrituras em que se baseia o mais complexo sistema africano de predição do futuro conhecido no Brasil. (LOPES, 2014, p.137).



candomblé à escola, mesmo respaldados na lei isso não impediria que ataques vindos de dentro e fora da escola fosse inevitável. A fala do professor levanta várias problemáticas, algumas delas são: até que ponto o professor no país se sente com a liberdade de cátedra para ministrar aulas em que a própria legislação exige? Até que ponto a escola está presa em concepções conservadoras e fundamentalistas? A escola é um reflexo da sociedade? O espaço de aprendizagem, socialização e pluralidade que remete a escola, não pode aceitar que se torne espaço de concepção de mundo de apenas um grupo da sociedade.

Ao levar um sacerdote de religião afro-brasileira, como fez o professor 2 de história, é possível contribuir para o exercício da escuta. Assim, o convite de Pais e Mães de santo para realizarem atividades nas escolas é muito importante, essas comunidades possuem sua herança cultural na oralidade, o Pai de santo relata durante a entrevista como ele e seu povo já sofreu preconceito religioso:

Pai de santo:

Infelizmente, pelo o que eu vejo, pelo o que eu vejo não, pelo o que todos nós observamos, que sempre somos demonizados pelas igrejas evangélicas de todas as formas, de todos os aspectos. Não conheço nenhuma que diga que a gente faz parte ou que a gente está no caminho certo. Apesar de todas puxarem para o seu lado e defenderem a sua criação, mas a gente sofre mais ataque pela Igreja Universal, que somos demonizados diretamente, e, infelizmente, até quando a gente nasce já vem se criando desde criança com que ser do candomblé, ser de terreiro, ser de matriz africana é ser do Diabo, vai pro inferno, ou não é certo, ou é bruxo, é feiticeiro. Infelizmente agente já cresce com essa intolerância religiosa dentro de casa e até mesmo pelos cristãos, até mesmo a igreja católica, infelizmente, pensa dessa forma. E aí a gente já sofre no dia a dia, quando a gente tem as nossas escolhas que queremos seguir. (Entrevista concedida em 29/06/2022).

O babalorixá e doutor em semiótica Sidnei Nogueira (2020, p. 123) afirma que “O racismo religioso quer matar existência, eliminar crenças, apagar memórias, silenciar origens”, o professor que luta por uma sociedade igualitária e pelos direitos humanos não pode aceitar esses preconceitos em nenhum lugar, sobretudo na escola. O Pai de Santo entrevistado conta que crianças de seu terreiro já sofreram racismo religioso dentro do ambiente escolar por parte da própria equipe escolar:

Pai de santo:



Já, sim, elas já sofreram. Porque no nosso rito, a gente depois que raspa se consagra e sai no salão apresentando aos nossos Orixás; a gente carrega uma aliança de três meses: usa o branco, carrega nossos acessórios que são os *deleguns*<sup>4</sup>, a *senzala*<sup>5</sup>, o *mocan*<sup>6</sup>, e durante três meses a gente não pode tirar, a gente fica no dia a dia, vai pra escola, vai pro trabalho, mas, infelizmente, houve uma escola -- inclusive é lá do Caranã -- que não permitiu que o nosso aluno fosse, aliás que o nosso filho de santo fosse à escola dessa forma, até mesmo porque tava chamando atenção das outras crianças, a diretora disse que estava causando constrangimento às outras crianças. Mas a gente foi em cima da lei que ampara e ganhamos o processo e a criança permaneceu estudando conforme o nosso sincretismo. [...] Então a gente conversa bastante com as crianças, às vezes as crianças aparecem na roça "pai, olha, eu passei isso, isso e isso na escola, contei para a diretora, ela não deu importância, mas a professora chamou atenção, então a criança ficou para lá e eu fiquei para cá"; e em outras vezes a gente passa com os nossos próprios filhos de santo que vêm pra roça, chora, os pais ligam e diz que houve tipos de situações na escola com o preconceito religioso e a criança não quer mais ir à escola, não quer estudar. E aí eu tenho que me deslocar à escola, conversar com o diretor, conversar com a professora e dizer que a gente vive um livre arbítrio e a gente tem o direito de ir e vir e ser de qualquer religião que a gente se sinta bem. Então a gente apresenta as leis pros diretores, alguns dizem que desconhece, até mesmo quando as vezes eu falo que se é professor, se é diretor tem que tá por dentro daquilo que você vai liderar, porque se você é um líder dentro de uma escola, você tem que ter conhecimento de todo o amparo, com o pensamento e a certeza da criança ir e vir tranquilamente. E lei se obedece, não se discute (grifo nosso) (Entrevista concedida em 29/06/2022).

O babalorixá evidencia o racismo religioso presente em nossa cidade, o racismo institucional muito negado em nosso país é presente nas escolas de Boa Vista/RR. Segundo Botelho (2019) a luta pela laicidade do espaço escolar seja uma das melhores ferramentas para evitar conflitos, acrescenta-se que lutar pela laicidade não é ser antirreligioso, mas criar um ambiente de convivência discursiva entre as diversas religiões de forma pedagógica. Em uma democracia o pluralismo de ideias teve ser a base do ensino, não precisamos ser religiosos para fazer discussões que envolvam a temática, o processo de ensino-aprendizagem requer que nós professores estejamos preparados para lidar com diferentes embates no ambiente de ensino.

O professor e Historiador Reinaldo Lindolfo Lohn (2019) em seu texto “Reflexões sobre a História do Tempo Presente (HTP): Uma História do Vivido” fala sobre a relevância da mídia ao interpretar os acontecimentos da HTP, aqui apresento dois casos noticiados pela imprensa local da cidade, assim, demonstrar aquilo que o Pai de santo já relatou no diálogo.

---

<sup>4</sup> Os fios de contas são os deleguns. Colares feitos de 16 fiadas de missangas com um único fecho cuja medida, como os Inhãs, vai até à altura do umbigo.

<sup>5</sup> Sezala são os braceletes em cima do braço feito de palha da costa e enfeitado com búzios que carregamos durante o período iniciado.

<sup>6</sup> Mocan é um grande cordão feito de palha da costa com a definição de guiar os orixás.



No dia vinte e quatro de março de dois mil e doze aconteceu dentro da Universidade Estadual de Roraima (UERR) um caso de preconceito religioso segundo a matéria “Aluna de universidade de RR diz ter sido vítima de intolerância religiosa” (MORENO, 2012) apresenta, uma discente que é adepta de religião de matriz africana que as sextas feiras usa vestes brancas, denunciou uma professora que ao chegar na sala de aula pediu para a discente sair da sala com seus adereços. A aluna informou ao jornal que nesses dias sempre usa seus colares e adornos na cabeça, levando juntamente com ela alguns objetos como uma pequena bíblia e uma boneca, não somente, mas carrega livros, dicionários e algumas frutas. Isso foi o motivo para que a docente não aceitasse a universitária em sala de aula. A professora pediu para que ela se retirasse da sala, senão, ela não prosseguiria com a aula, os alunos presentes não permitiram que a aluna saísse da sala, consequentemente a professora saiu.

O racismo religioso está presente em todos os lugares, as universidades como espaços de formação superior não podem compactuar com esses acontecimentos dentro dos muros universitários, não podemos tolerar esses episódios, nem sequer normalizar em nenhum lugar. A professora 1 fala sobre a desconstrução do racismo religioso ao entrar dentro de uma Universidade, a importância que essa instituição deve nesse processo, “Quando eu entrei na universidade, em 2003, já com os 26 anos, 27 anos, foi que eu comecei a ter contato e a entender e a buscar a religião”, percebemos o quão é importante o conhecimento científico e a academia para se difundir conhecimentos que envolvem povos de terreiros, as epistemologias produzidas por pessoas negras precisam estar nas ementas dos cursos universitários, não só as escolas brasileiras precisam se enegrecer em todos os sentidos, mas as universidades e seus cursos de formação em especial, por refletir em várias carreiras profissionais e não apenas nas licenciaturas. Profissionais antirracistas é urgente em todas as áreas de trabalho no Brasil, a população negra vive diariamente situações depreciativas que tem como a cor da sua pele o motivo de ódio e agressão.

A educação tem um papel muito importante nessa luta, mas vale salientar que somente a educação sozinha não surtirá efeito esperado em uma organização tão grande que é a sociedade brasileira. O antirracismo tem que ser incorporado como prática cotidiana por todos aqueles que tem compromisso com a vida humana, as intolerâncias não podem ganhar voz nos espaços de poder.

Conforme uma entrevista feita pela Carta Capital com Pai Sidnei Nogueira sobre o lançamento de seu livro “Intolerância religiosa”, ele afirma que nossa democracia está fragilizada e





que “O Brasil é muito macumbeiro. Mas o racismo impede que a pessoa se autodeclare de terreiro” (MARTIN, 2021, s.p.), essa fala reforça o que foi apresentado pelo professor 2, muitos alunos não se declaram de religiões afro-diaspóricas por medo de preconceito.

É relevante se trabalhar temas que envolvem os povos de terreiro em sala de aula, ao serem perguntados com quais matérias eles usavam para a explanação de aulas que envolvem a lei 11.645/2008:

Professora 1:

(...) eu vou te dar alguns exemplos para ficar mais clara a minha explanação -- hoje pela manhã eu lembrei do caso de uma aluna, [...] ela chegou para mim, no ano de 2019, e perguntou "professora, por que que o professor de Educação Religiosa não deixa eu apresentar o meu trabalho sobre o candomblé, não deixa eu falar sobre a minha religião?", e como eu não posso interferir no planejamento do professor, eu falei pra ela assim: "fulana, faz o seguinte: conversa com ele, argumenta, vê dentro do planejamento dele onde você pode inserir falando da sua religião". E aí ela me apresentou as contas, foi conversando comigo sobre as contas e eu fui conversando com ela. Eu sei que ela conversou com ele, depois ela me convidou para assistir a apresentação, e no dia eu não pude assistir porque eu estava em outra aula, mas ela me falou "olha, professora, eu consegui falar sobre a minha religião". Então a gente percebe que é algo que o próprio aluno cobra, porque ele faz parte da religião. [...] E aí o que que acontece: dentro da minha prática, eu não tenho um dia "vamos falar, hoje, sobre religião", eu vou inserindo no meu cotidiano dentro da sala de aula, quando eu trabalho no sexto ano, quando eu estou trabalhando o continente africano, o Oriente, a África, no sétimo ano também, no oitavo, quando eu vou trabalhar Brasil, quando, no nono ano -- nesse momento, eu só trabalho de sexto ao nono, já trabalhei muito com o ensino médio; hoje eu estou apaixonada pelo ensino fundamental -- e aí o que que acontece: quando chega no nono ano, que eu vou trabalhar Brasil, aí eu também tenho como inserir essa religião, mais ainda os questionamentos, as reflexões, mas ainda não voltada diretamente para a questão religiosa. [...] Então, quando eu tenho oportunidade, dentro do contexto, aí eu vou falando de religião. [...] Uns dois anos atrás, ou três, uma aluna me perguntou, no nono ano, "professora, por que que no candomblé eles matam os animais?", e aí eu perguntei para ela "por que que no Natal nós matamos o peru?", aí ela "ah, pra comer", aí eu disse "pois é, é pra comer também que nos eventos de festas do candomblé eles matam o animal também com essa finalidade". [...] eu não estou trabalhando com a história das religiões, mas eu tenho uma colega, que mora comigo, e essa semana nós estávamos falando sobre isso, e ela tá fazendo uma feira das religiões com os alunos dela e uma aluna chegou para ela e disse "professora, eu não quero falar sobre o candomblé", e aí ela perguntou "por que você não quer falar sobre o candomblé", aí ela "porque eu não quero mais falar sobre esse assunto, eu quero falar sobre outro, eu quero falar sobre o cristianismo", aí a professora disse "tudo bem" e entendeu que dentro da família dela existe uma crença de que a religião do candomblé é uma religião ruim, que só tem coisa ruim. Então a gente acaba percebendo, no dia a dia, esse comportamento e quando esse comportamento aparece de forma clara a gente consegue trabalhar e inserir uma oportunidade de refletir sobre outras formas e sobre o respeito. Eu não sei se eu respondi o que você me perguntou, mas se não respondi não tem problema, se não ficar claro, tu pergunta de novo, porque eu falo demais (grifo nosso) (Entrevista concedida em 28/06/2022).





A educadora 1 faz exatamente aquilo que o parecer 003/2004-CNE pede, o tema África faz parte do conteúdo, ela está tentando des-hierarquizar os conteúdos. Para uma educação antirracista, temos que tratar todos os temas no mesmo patamar, desnaturalizando o currículo eurocêntrico. Uma aluna que não quer falar sobre candomblé mas aceita falar sobre cristianismo pode levar o docente a pensar do que porque as religiões hegemônicas são aceitas com mais facilidades e tidas como universais, o porque a religião afro-brasileira gera esse desconforto? O que sustenta o discurso de demonização das religiões de matriz africana?

Silvio Almeida (2020) ao tratar da concepção de racismo estrutural afirma que o racismo transcende o âmbito da ação individual, chegando nas instituições do país. A reprodução do racismo por essas instituições afeta diretamente todos aqueles que estão ligados a ela, Almeida cita o exemplo da escola como um espaço que perpetua o racismo e o silenciamento, essas práticas sociais refletem aquilo que já está enraizado na sociedade como um todo, o racismo.

Araújo (2017) mostra como crianças e adolescentes são vítimas até mesmo por parte de professores, alunos e equipe escolar do racismo religioso, a professora 1 faz esse relato em sua entrevista, o próprio educador não queria aceitar que aluna falasse sobre sua religião na aula de ensino religioso. O racismo religioso com todas as suas formas de manifestação, influencia a forma que crianças e adolescentes se relacionam dentro dos muros da escola, o estigmatizar pessoas que são praticantes de religiões afro-brasileiras é muito rotineiro no nosso país, e consequentemente reflete na escola. Aquilo que acontece rotineiramente na sociedade roraimense de alguma forma pode refletir em sala de aula. Por exemplo, um terreiro de candomblé no bairro São Bento, na zona oeste da cidade no dia nove de julho de dois mil e vinte e dois foi atacado com uma bomba e uma mulher foi atingida por estilhaços (LUCKEZIE, 2022; LUCKEZIE, 2022).

Integrantes da casa de santo relataram que foram registrar um boletim de ocorrência no 5º Distrito Policial (DP) após eles ligarem para a polícia e a mesma informou que eles deveriam se dirigir ao 5º DP, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) foi acionado mas ao mesmo tempo se negou a prestar socorro por que a PM não se encontrava no local. O vizinho acusado do ataque, já vinha reclamando da prática religiosa, no momento em que os filhos de santo foram surpreendidos com o ataque eles estavam cantando louvores aos seus deuses, a bomba jogada pelo vizinho abriu um buraco no telhado de zinco e os estilhaços feriu uma filha da casa.



Os candomblecistas desse terreiro ressaltaram que o suspeito é acostumado a ouvir músicas muito altas na frente da sua residência, causando poluição sonora. O tentar silenciar essas religiões faz parte de um projeto colonizador, censuras, prisões, violências e até mesmo por parte do Estado é o que está presente na historicidade das religiosidades pretas.

O racismo institucional permite que casos como esse ocorram de forma mais simples possível, o educador que se compromete com a luta pela igualdade racial não pode permitir que casos como esse passem despercebidos dentro da escola, crianças que são de terreiro ou leem essa notícia na internet ou redes sociais podem em algum momento da aula comentar sobre o fato, e o docente não pode se calar como se nada estivesse acontecido.

Uma aula de história que explique o porquê até os dias atuais religiões negras sofrem ataques por parte da população e a omissão do Estado, pode contribuir na formação crítica do alunado, a diversidade das religiões dos alunos dentro da sala só contribui para a formação inclusiva de cada pessoa, Bell Hooks (2017, p. 56, 57), em “Ensinando a transgredir” afirma que “Fazer da sala de aula um contexto democrático onde todos sintam a responsabilidade de contribuir é um objetivo central da pedagogia transformadora. (...)”. O ato de ouvir seus alunos e suas narrativas enriquece o processo de formação humana das crianças/adolescentes, nos possibilitando ouvir pessoas que não eram escutadas pela História, como podemos utilizar a sala de aula para ouvir aqueles que por várias vezes são silenciados? Vamos ouvir as crianças e adolescentes de santo? Falar de sua cultura? Costumes? E ritos?

Os educadores entrevistados foram indagados sobre os assuntos que envolvem as relações étnico-raciais e diversidade, e em que medida essas temáticas eram presentes em suas aulas:

Professora 1:

No dia a dia, como eu acabei de te falar, quando eles fazem algum tipo de brincadeira eu vou trabalhando com eles. [...] Então eu estou construindo um seminário sobre gênero e a partir desse seminário poder, ainda mais nessa questão desse governo que nós estamos vivenciando nesse momento, eu me retraí um pouco porque tá muito complicado, além de todo o cenário, ainda criar mais um problema para mim dentro de sala de aula (Entrevista concedida em 28/06/2022).

Professor 2:

Olha, eu tento abordar em todos os momentos. [...] Se eu to falando da Segunda Guerra Mundial, eu tenho que puxar pra África porque a guerra aconteceu na África também. O que que eu penso, o que que eu pretendo com isso: inserir a África dentro de uma



história. É claro que a nossa história é eurocêntrica, mas eu tenho que inserir a África pra eles perceberem que a África, ela é muito além do que a escravidão, que foi o pior momento da África, mas eu tento incluir a África dentro de um conceito de importância cultural, importância religiosa, importância pra nós brasileiros, em todos os momentos, que é o que eu penso o que deveria ser aplicado. [...] (Entrevista concedida em 02/07/2022).

Questionei se eles já abordaram dentro da sala de aula algum tema que o racismo religioso estivesse no cerne:

Professora 1:

Sim. Já falei sobre isso, sobre o respeito, a crença do outro, que todas as religiões devem ser respeitadas e apresentei para eles de onde se construiu essa ideia de que a religião do outro, principalmente as religiões de matriz africana, são algo negativo, de onde que veio essa construção, no sentido histórico que está diretamente relacionado com o processo da vinda dos africanos na condição de escravizados para o Brasil (Entrevista Alessandra concedida em 28/06/2022).

Professor 2:

Claro, claro. Eu lembro que eu tive uma aluna que ela, do nada, ela virou para mim e falou bem assim "eu tô gostando, pela primeira vez eu tô aprendendo a gostar de história", aí eu "por quê, por quê?", porque normalmente sempre é questão do professor, a gente gosta de disciplina quando o professor é legal, e eu falei "mas por quê?", aí ela falou "não sei se você vai agir com preconceito comigo, mas eu sou de umbanda e eu sou de umbanda desde criança e desde de criança eu estudo numa escola", aí ela falou o nome da escola que ela estudou lá do sexto ano até o nono ano e do sexto ao nono ano era o mesmo professor, ela era de umbanda desde o sexto ano e desde o sexto ano o professor de história humilhava ela, deixava claro que só tinha um Deus, falava pra ela que ela não ia pro céu, mandava ela guardar o fio de contas porque aquilo era feio. Uma vez ela teve que ir com as roupas, com a indumentária da cabeça só, e ele falou que ela não entraria na sala enquanto ele estivesse, o que me impressionou muito porque era um professor de história. Aí ela falou assim, que tipo, ela odiava história, odiava história por causa disso, porque ela sabia que toda vez que tivesse aula de história ela seria ofendida de alguma forma. E isso do sexto ao nono ano, para tu ter noção. Quando ela mudou de escola, no ensino médio, e foi para trabalhar comigo, ela teve uma vivência completamente diferente, completamente diferente porque eu já pautava, eu já conversava [...] Então eu sempre busquei tentar trabalhar isso dentro da sala de aula, o respeito. [...] Mas a gente vai trabalhando, mas são pequenos processos. [...] por exemplo quando eu levei essa mãe de Santo de religião de Ifã na escola, alguns alunos chegaram em mim e falaram que estavam muito emocionados porque nunca viram na sala, na escola alguém falar sobre a profundidade da religião deles, a verdadeira. Eu escutei que alguns falaram "eu não falo que eu sou de umbanda, porque se eu falo que sou de umbanda, se eu falo que eu sou de candomblé, automaticamente eles falam que eu adoro um ser que não existe para mim, que é o demônio". Eu escutei muito isso, muito isso, falar esse preconceito que realmente não faz sentido, não faz sentido falar que é no meio do candomblé, que o demônio, sendo que eles não acreditam no demônio e nem numa figura nem próxima do demônio, não existe dentro da prática de candomblé ou de umbanda. [...] Então é muito triste, é muito triste. [...] (grifo nosso) (Entrevista concedida em 02/07/2022).



Como conseguiremos fazer e aplicar uma educação que tenha os direitos humanos como base se o próprio docente dentro de sala é o primeiro a propagar preconceitos em relação a religião dos alunos? A imposição da religião do docente não pode haver nesses espaços, o acolhimento deve ser o ponto central para construirmos uma sociedade mais democrática em nosso país. Nilma Lino Gomes (2022), em um recente artigo publicado no Jornal O Estado de São Paulo, a intelectual fala sobre uma educação democrática e antirracista, e afirma: “[...] E, numa democracia plena, ninguém deveria ficar de fora dos direitos civis, sociais, políticos, humanos e econômicos, principalmente em razão de sua raça/cor, de sua diferença.”, paralelamente, Almeida (2020,) diz:

Não é possível haver democracia numa sociedade racista. A sociedade racista é sistemicamente autoritária, porque precisa se utilizar da força para rejeitar as reivindicações justas da maioria e atender à minoria. Manter a desigualdade, a pobreza e a baixa representatividade política exige violência sistêmica, que depois acabará sendo aproveitada também contra os brancos. Além disso, se a maioria da sociedade é pobre, violentada e humilhada o tempo todo, essa sociedade não pode ser saudável. É um lugar péssimo para qualquer pessoa viver, inclusive os brancos. O engajamento na luta antirracista significa compromisso com a democracia, o bom desenvolvimento econômico e a humanidade. (ÂGENCIA SENADO, 2020).

Esse racismo que é estruturante se reflete também nas religiões afro-brasileiras, apesar da negação por parte da população com o discurso de vivermos uma democracia racial no nosso país, antropólogos como Vagner Gonçalves da Silva em seu livro *Intolerância Religiosa* (2015) mostra como as afro-religiosidades vêm sofrendo com o racismo religioso no cenário nacional. Tal termo foi criado para explicar especificamente o que as religiões negras lidam, por serem práticas não eurocentradas que fogem do padrão cristão. A intolerância religiosa que incide sobre todas as religiões pode se tratar de um simples ato de não aceitar ou não respeitar qualquer prática religiosa, quanto culminar nos ataques violentos a templos, como aqueles que a mídia tem noticiado recorrentemente pelo país atualmente. O racismo religioso, por sua vez, é específico por se tratar de crimes direcionados às populações que frequentam terreiros e que convivem com a discriminação, demonização e a criminalização, não por ser apenas uma religião, mas por ser uma religião de origem negra.

Em uma democracia é inaceitável situações de violação religiosa, o acesso à educação permite que pessoas que antes não poderiam estudar sobre temas étnico-racial-religioso agora podem, essa é a importância da escola na sociedade brasileira, o conhecimento científico sobre as



religiosidades pode ajudar na transformação de atitudes intolerantes. O preconceito racial precisa ser debatido entre todas as faixas etárias, os professores precisam se questionar sobre a discriminação racial no Brasil e na escola, e qual a importância de acolher crianças/adolescentes afro-religioso no ambiente escolar.

Ser antirracista requer como primeiro passo a convivência com pessoas negras, o constante diálogo sobre a diversidade humana existente é primordial para o aluno entender que o próximo/o outro vai ser diferente dele. A escola na vida de muitas crianças vai ser o primeiro local externo de contato com outras crianças/adolescente diferente em todos os sentidos, o professor precisa saber lidar com a diversidade e mediar conflitos que ela pode gerar, o próprio educador também precisa passar pelo processo de desconstrução do racismo para perceber em suas aulas atitudes e atos racistas. Se os professores não conseguem lidar com a diferença, como nos casos de preconceito protagonizados por professores, que por excelência devem fazer a mediação, como querer isso da criança e adolescente?

Os dois professores demonstram a partir de suas falas que essas temáticas que envolvem as relações étnico-racial-religiosa e a diversidade são presentes durante as aulas do ano letivo, eles não preparam uma única aula para falar sobre esses assuntos, mas, tentam incluir de alguma forma essas questões nos conteúdos ministrados.

O Babalorixá encerra a nossa conversa com um recado para aquelas pessoas que tem um olhar preconceituoso sobre as religiões afro-brasileiras:

Pai de Santo:

Torno a dizer que antes de criticar procure conhecer, procure estudar, [...] Antes do preconceito - porque preconceito é falta de conhecimento -, antes de tudo isso, estude antes de falar, porque só quem vive é quem sente na pele a vivência de ser, mas muitas vezes as pessoas dizem ter tanto conhecimento, mas não é feliz, então conhecer, se encontrar antes de tudo, estude a realidade da vida, a realidade dos fatos, a realidade do acontecimento, porque quando você vai estudar, qualquer profissão que você escolha, você escolheu, primeiramente você vai estudar o quê?, a história de como tudo começou. [...] tudo tem a história. Então eu digo aos preconceituosos que estudem antes de tomar qualquer decisão, antes de tomar qualquer atitude desrespeitosa, atitudes grosseiras, atitudes que machucam as pessoas, porque essas atitudes não só machucam as pessoas como as próprias pessoas que acham que estão sendo o centro das atenções, mas ao mesmo tempo estão se ferindo por falta de conhecimento, porque na verdade a gente tem que sempre dialogar e a gente chega em muitos caminhos. (grifo nosso) (Entrevista concedida em 29/06/2022).



Precisamos buscar uma convivência respeitosa entre nós seres humanos, a pauta da educação em direitos humanos e a educação antirracista é uma das ferramentas que a instituição social escolar pode fazer para construir uma sociedade democrática e sem desigualdade racial/étnica. Os educadores precisam segundo Gomes (2013) fazer da lei que obriga o ensino da história da África e afro-brasileira como uma reivindicação da categoria docente, não podemos esperar pelo Ministério da Educação (MEC), das secretarias estaduais e municipais de educação que eles cobrem a aplicação da lei, se quisermos uma sociedade com mais consenso e respeito com as religiões afro-religiosas precisamos lutar pela diversidade.

#### 4. *Considerações Finais*

Na sociedade brasileira você poder ter muitas referências racistas, em quase tudo que nos cerca como as mídias, pequenos comportamentos, comentários que ouvidos no dia a dia, redes sociais podem ajudar a formar mentalidades racistas mesmo que inconscientemente. Uma educação de qualidade precisa estar pautada na luta antirracista, esse movimento é necessário no Brasil no tempo presente, vivenciamos atos racistas em todas as esferas da sociedade, uma escola que se compromete com a democracia é uma agente difusora dos pilares democráticos.

Uma sociedade que perde a capacidade de se indignar diante de atitudes cotidianas de racismo religioso, não presa pelos valores humanos, a democracia precisa abranger os direitos de todas as pessoas em uma coletividade. As escolas públicas e privadas brasileiras precisam lutar contra males que a sociedade precisa superar: racismo, exploração, LGBTQIA+fobia e aporofobia. Democratizar a educação é urgente no ano em que vivemos, com o aumento da pobreza e a fome<sup>7</sup>, a educação fica de lado por grande parte das famílias, com o objetivo de ir atrás do mais preciso: o sustento alimentício.

Conclamar por igualdade racial no século XXI é lutar pelos direitos humanos, das minorias sociais que sofrem com a opressão social por anos. No Brasil por muito tempo houve violação dos direitos humanos, conhecido por anos de chumbo o país sofreu com atos institucionais que feria a

---

<sup>7</sup>Mais de 60 milhões de brasileiros sofrem com insegurança alimentar, diz FAO De acordo com o relatório da instituição, 15,4 milhões de brasileiros lidaram com insegurança alimentar grave nos últimos anos (MAIS..., 2022).



constituição brasileira. O código penal e a constituição Brasileira de 1988 constitui crime a ofensa racial e a intolerância religiosa, o educador com o trabalho conjunto com a escola e família pode alcançar bons resultados. Precisamos enegrecer as escolas, currículos e epistemologias escolares, temos que parar de acreditar que vivemos um paraíso racial, observamos racismo na política, economia, escolas, e no futebol, portanto, temos que nos engajar na luta contra o racismo estrutural.

A escola não pode abordar temas que envolve a cultura afro-brasileira e africano apenas em datas comemorativas, o 13 de maio dia da lei áurea, 20 de novembro dia da consciência negra, dias 23 a 28 a semana da África, os saberes negros vão além dessas datas em nosso calendário. Trabalhar com uma educação antirracista para mudança de pensamento requer um trabalho diário.

Temos que defender a pluralidade cultural, sabendo que a vivência de muitas culturas pode ser enriquecedor na organização de um coletivo. O corpo docente da escola precisa apresentar a existência da diversidade que possui o período afro-diáspora do Brasil. Após 19 anos da promulgação da primeira lei que obrigava o ensino da história afro-brasileira a lei 10.639/2008, temos que nos questionar como profissionais da educação: o que mudou? Conseguimos cumprir a lei? O que estamos fazendo para a lei seja colocada em prática?. A escola é um ambiente que reproduz o racismo institucional existente no Brasil, e não diferentemente o racismo religioso se faz presente dentro da sala de aula, tanto por parte dos alunos, professores como por parte da equipe pedagógica.

Os discentes que são adeptos de religiões afro-brasileiras são vítimas dentro do ambiente escolar das várias faces da intolerância religiosa. A escola tem contribuído pouco, tendo um currículo tradicional, excluído assuntos que envolvem esses alunos. Precisamos lutar pela aprovação da lei de cotas que é uma reparação histórica e será revista nesse ano no congresso nacional, e levar os discentes a lutar pelas políticas de ações afro-reparatórias. A escola como espaço de (re)produção do racismo, é através do diálogo com a comunidade escolar, envolvendo todos na luta da resistência contra o racismo estrutural, levando os educadores brancos a saber qual seu papel na luta antirracista. Uma escola onde crianças/adolescentes negros permanecem menos na vida escolar que crianças brancas, tem como tarefa incluir no dia a dia esses saberes que por muito tempo foi tido como inferior, as epistemologias negras precisam estar no chão da escola.

A educação laica e inclusiva é um dos caminhos que podemos trilhar para almejarmos uma sociedade menos preconceituosa, com mais empatia e para que alunos possam saber conviver com





a diferença e a diversidade religiosa dentro e fora da sala de aula. O racismo que é um preconceito muito forte em nosso país, encontra-se em todas as partes da sociedade, e a intolerância religiosa gerada por esse racismo estrutural e estruturante no Brasil, impacta a vida de milhares de alunos pelo país.

A escola como espaço de formação humana e cidadã tem como um de seus pressupostos o respeito à diversidade, o ambiente escolar tem como dever a garantia de todos os direitos fundamentais que assegura a Constituição Federal Brasileira, inclusive o que diz respeito à laicidade do Estado Brasileiro. Ao nos debruçarmos ao estudo de crianças adeptas de religiões afro-brasileiras na escola, e aqui cito o trabalho de Stela Guedes Caputo (2012), percebemos que as mesmas são desrespeitadas, excluídas e tratadas com deboche e sofrem com agressão verbal e às vezes física, Caputo (2013, p. 178-179) ao falar de crianças de candomblé na escola, diz: “Crianças e jovens de candomblé estão na escola, mas a grande maioria oculta uma guia de Orixá que ama, bem escondida embaixo do uniforme(...)”.

Até quando vamos negar a existência do racismo no nosso país? E até quando vamos negar a existência do racismo religioso no nosso país e dentro das nossas escolas? Precisamos reconhecer essa mazela em nossa sociedade, conhecer e lutar contra ela. Uma sociedade multirracial e pluricultural não pode continuar negando suas raízes, e fechando seus olhos para os episódios de racismo que rotineiramente aparece na tevê, redes sociais e jornais, que democracia é essa que não abarca a todos? A discussão sobre a ampliação da democracia e seu funcionamento para todos da sociedade é importante para pensarmos até que ponto ela funciona no país.

A escola precisa ser um lugar que combata a desinformação, ensinar uma história crítica-reflexiva e problematizadora, mostrando que a intolerância religiosa começou com a invasão dos colonizadores que ao chegar ignorou a religião dos próprios indígenas e depois dos africanos, a história antirracista nos possibilita enxergar o que muitos querem esconder das páginas dos livros de história, temos como educadores subversivos a responsabilidade ética, política, moral e social em “[...] contar a história que a história não conta [...]”<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Trecho do samba-enredo de 2019 da Estação Primeira de Mangueira (RJ) que tinha como tema: Histórias Para Ninar Gente Grande. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JMSBisBYhOE>. Acessado em: 15 de Julho de 2022.





*Páginas Eletrônicas*

CANDOMBLECISTAS denunciam intolerância religiosa após mulher ser atingida por estilhaços de bomba em Boa Vista. **G1 Roraima**, 10 de jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/07/10/candomblecistas-denunciam-intolerancia-religiosa-apos-mulher-ser-atingida-por-estilhaços-de-bomba-em-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 13 de jul. 2022.

FIGUEIREDO, Patrícia. Índice de suicídio entre jovens e adolescentes negros cresce e é 45% maior do que entre brancos. **G1 Roraima**, 21 de mai. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/05/21/indice-de-suicidio-entre-jovens-e-adolescentes-negros-cresce-e-e-45percent-maior-do-que-entre-brancos.ghtml>. Acesso em: 15 de jul. 2022.

GOMES, Nilma Lino. Por uma educação democrática e antirracista. **O Estado de São Paulo**, 16 de jul. 2022. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,por-uma-educacao-democratica-e-antirracista,70004116275>. Acesso em: 17 de jul. 2022.

LUCKEZIE, Lucas. Polícia Civil vai investigar ataque a casa de candomblé em Boa Vista. **Folha de Boa Vista**, 11 de jul. 2022. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/POLICIA/Ocorrencias/Policia-Civil-vai-investigar-ataque-a-casa-de-candomble-em-Boa-Vista/88423>. Acesso em: 13 de jul. 2022.

MARTIN, Roberto de. O Brasil é muito macumbeiro. Mas o racismo impede que a pessoa se autodeclare. **Carta Capital**, 15 de nov. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/entrevistas/o-brasil-e-muito-macumbeiro-mas-o-racismo-impede-que-a-pessoa-se-autodeclare-de-terreiro/?fbclid=IwAR3MBQSkHBsC46vDa0mRnUvYCAq5zrWISqCVdMMdJL9CghXP70Cx6yIX5bE>. Acesso em: 16 de jul. 2022.

MORENO, Ana Carolina. Aluna de universidade de RR diz ter sido vítima de intolerância religiosa. **G1 Globo**, 24 de mar. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/03/aluna-de-universidade-de-rr-diz-ter-sido-vitima-de-intolerancia-religiosa.html>. Acesso em: 13 de jul. 2022.

WESTIN, Ricardo. Negro continuará sendo oprimido enquanto o Brasil não se assumir racista, dizem especialistas. **Agência Senado**, 22 de jun. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/06/negro-continuara-sendo-oprimido-enquanto-o-brasil-nao-se-assumir-racista-dizem-especialistas>. Acesso em: 05 de jun. 2022.

*Legislação Consultada*

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Lei nº 12.288/10. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.



BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

### *Referências*

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ARAÚJO, Patrício Carneiro. **Entre ataques e atabaques: Intolerância religiosa e racismos nas escolas**. São Paulo: Aché, 2017.

BOTELHO, Denise. religiões afro-indígenas e o contexto de exceções de direitos. In: CÁSSIO, Fernando. (Orgs.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CANDAU, Vera Maria Ferrão et al. **Somos todos/as iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2012.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de Candomblé**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/033. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos na luta por emancipação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p. 98-109, jan.-abr., 2012.

KILEUY, Odé. OXAGUIÃ, Vera de. **O candomblé bem explicado (Nações Bantu, Iorubá e Fon)**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

LOPES, Nei. **Dicionário escolar afro-brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Selo Negro, 2014.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.



NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância Religiosa**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Reflexões sobre a História do Tempo Presente: Uma História do Vivido. In: REIS, Tiago Siqueira et al. **Coleção História do Tempo Presente**: volume 1. BoaVista: Editora da UFRR, 2019. p. 11-26.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Artigo submetido em 25/03/2024, aceito em 25/009/2024 e publicado em 20/12/2025.

---

TexTos e DebaTes, Boa Vista, vol.31, n.02, e8801, Jul./Dez. 2025.

DOI: <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v31i02.8801>

<https://revista.ufrr.br/textosedebates/>

ISSN: 2317-1448



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).